

DOCUMENTAÇÃO PARA ALVARÁ SANITÁRIO – CONSULTÓRIO MÉDICO:

- Requerimento protocolado na prefeitura, contendo razão social, CNPJ/CPF, ESPECIALIDADE MÉDICA, ENDEREÇO, CEP, TELEFONE E ASSINADO PELO RESPONSÁVEL;
- Cópia do comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pelo site da Receita Federal do Brasil (http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp), se pessoa jurídica;
- Cópia do contrato social, se pessoa jurídica;
- Cópia do Alvará Sanitário anterior, no caso de renovação;
- Cópia do Alvará de localização e funcionamento, no caso de renovação;
- Cópia do manual de Rotinas e Procedimentos com descrição detalhada do conjunto de atividades e procedimentos técnicos realizados no estabelecimento, assim como da rotina de limpeza e higienização dos equipamentos e dos ambientes, se realizados procedimentos médicos ou exames*;
- Cópia da inscrição junto ao conselho profissional do responsável técnico;
- Cópia do contrato de Serviços terceirizados (ex: coleta de resíduos de serviço de saúde) e da licença de funcionamento da contratada, quando for o caso;
- Cópia do registro da clínica junto ao conselho, no caso de pessoa jurídica;
- Cópia do Certificado de dedetização;
- Cópia do Certificado de desratização;
- Cópia do Certificado de limpeza e desinfecção da caixa d'água;
- Cópia do Alvará de Prevenção e Proteção contra Incêndio;
- Relação de equipamentos e procedimentos;
- Controle de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos datada e assinada*;
- Escala de recursos humanos e carteira vacinal dos funcionários*;
- Relação de equipe multifuncional;
- Cópia do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS, quando for o caso;
- CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde;
- Comprovante de aprovação de projeto arquitetônico expedido pelo órgão competente.

Obs.: (*) Ou apresentar estes documentos na ocasião da Vistoria Sanitária, quando solicitado pelo fiscal sanitário.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA:

- RDC Nº 50, de 21 de fevereiro de 2002.
- RDC Nº 63, de 25 de novembro de 2011.
- RDC Nº 42, de 25 de outubro de 2010.
- RDC Nº 307, de 14 de novembro de 2002.
- RDC Nº 306, de 07 de dezembro de 2004.
- Lei Municipal Nº 4.094, de 04 de novembro de 2014.
- ABNT NBR 9050.
- Portaria Estadual Nº 500, de 31 de agosto de 2010.